

civilização no programa do Estado Imperial, em detrimento da necessidade de manutenção da ordem (Mattos, 1994, p. 190), diretriz que perde importância num contexto de maior estabilidade política. O encolhimento da Secretaria de Justiça aparece claramente no decreto n. 2.750, de 16 de fevereiro de 1861, que, reformando-a, manteve apenas um consultor e reduziu suas seis seções a quatro, uma sensível diminuição no seu quadro de funcionários condizente com a perda de funções.

Pelo decreto n. 2.445, de 12 de abril 1865, a secretaria recebeu novo regulamento, de cunho disciplinador, concentrado em temas como o horário dos servidores, a proibição de se tratar de assuntos estranhos ao expediente do órgão em suas dependências, a regulação do andamento dos processos e o uso do material da repartição. Sua estrutura e atribuições, no entanto, mantiveram-se intocadas.

Uma última reforma aconteceu em 1868, instituída pelo decreto n. 4.159, de 22 de abril, que, mesmo sem trazer qualquer alteração em suas atribuições, introduziu uma importante mudança no que diz respeito à estrutura da secretaria: a extinção do cargo de consultor.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça não sofreu qualquer outra modificação durante o Império, sendo formalmente extinta pelo decreto de 30 de outubro de 1891, que, em razão da mudança para o regime político republicano, reestruturou os serviços da administração federal e instituiu seu sucessor, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Notas

¹ Antônio de Araújo e Azevedo, conde da Barca (1754-1817), um dos grandes representantes do pensamento ilustrado português, foi conselheiro de Estado, ocupou as pastas de Negócios Estrangeiros e da Guerra, e do Reino, em Portugal. Acompanhou a família real ao Brasil, onde se manteve na função de conselheiro, estando à frente das secretarias dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, chegando a assumir todas as pastas do governo. Na viagem ao Brasil trouxe sua coleção de livros da área de mineralogia, acervo mais tarde recolhido à Biblioteca Nacional, e um vasto conjunto de instrumentos de análise química para uso em seu laboratório particular, que, em 1819, seria incorporado pelo Estado, dando origem ao Laboratório Químico. Em 1814, depois de se dedicar por seis anos a estudos científicos, retornou à política e foi nomeado para a pasta dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Incentivou a propagação do cultivo de diversas plantas, como o chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e foi responsável pelo estabelecimento da Imprensa Régia e pela fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria e Mecânica, que se tornaria, em 1831, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi um entusiasta da viagem dos artistas franceses ao Brasil, que ficariam conhecidos na historiografia como a **"missão artística francesa"**, intervindo a favor deles junto ao príncipe regente, pois percebia na